
Reflexões Teóricas e Conjunturais sobre Comunicação e Democracia no Brasil: pandemia, violência contra jornalistas, EBC em perigo e resistências¹

Fernando Oliveira Paulino²

Universidade de Brasília - UnB

Elton Bruno Pinheiro³

Universidade de Brasília - UnB

Janara Nicoletti⁴

Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC

Resumo

Este texto descreve e interpreta questões relacionadas à Comunicação e à Democracia no Brasil, tomando como referências ações colocadas em prática durante o governo do Presidente Jair Bolsonaro, iniciado em janeiro de 2019. Com esse objetivo, o artigo contextualiza a situação no país, que contribuiu com a eleição presidencial de Bolsonaro, apresenta situações nas quais houve registro de efeitos da violência discursiva e física no trabalho de jornalistas, principalmente no período da pandemia do coronavírus que atingiu o Brasil com mais intensidade a partir de maio de 2020, e analisa causas e práticas associadas à crise da Comunicação Pública a partir de ações que têm colocado em xeque as atividades da Empresa Brasil de Comunicação (EBC). Para tanto, utiliza reflexões teóricas e conjunturais que pretendem explicar a situação atual e contribuir para que leitoras e leitores possam elaborar perspectivas sobre a realidade brasileira.

Palavras-chave

Comunicação Pública; Democracia; Violência contra Jornalistas; Radiodifusão Pública; EBC

Apontamentos introdutórios

Após 21 anos de ditadura (1964 a 1985), a Constituição Federal estabeleceu um sistema político multipartidário, realizando eleições regulares para os três níveis de governo: federal, estadual e municipal. A Carta Magna também determinou direitos e garantias individuais com a afirmação da inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à

¹ Trabalho apresentado no GP Políticas e Estratégias de Comunicação, XXI Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 44º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação

² Fernando Oliveira Paulino, professor da UnB, coordenador do Laboratório de Políticas de Comunicação (LaPCom), presidente da Federação Brasileira de Associações Científicas e Acadêmicas da Comunicação (SOCICOM) e vice-presidente da Associação Latino-Americana de Investigadores da Comunicação (ALAIIC). E-mail: paulino@unb.br Este artigo foi desenvolvido com o apoio da "Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001 no âmbito do Projeto "Communication and democracy: media accountability, public service media, internet access and the right to information in Germany and Brazil" realizado com el apoyo del Programa Probral - CAPES/DAAD (Processo 88887.371422/2019-00)".

³ Elton Bruno Pinheiro - Professor da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília. Doutor em Comunicação e Sociedade (PPGCom/UnB). Pesquisador do Laboratório de Políticas de Comunicação - LaPCom (UnB/CNPq), Líder do Observatório de Radiodifusão Pública na América Latina (UnB/CNPq) e Membro do Grupo de Pesquisa Acesso Livre (UnB/CNPq). Coordenador do Núcleo de Estudos, Produção e Inovação em Linguagem Sonora - NEPLIS, do Laboratório de Áudio da FAC/UnB. E-mail: eltonbruno@unb.br

⁴ Doutora em Jornalismo pela Universidade Federal de Santa Catarina e pesquisadora associada ao Observatório da Ética Jornalística (objetos/UFSC). E-mail: janarant@gmail.com.

segurança e à propriedade, incluindo liberdade de expressão e direito à informação como princípios basilares da democracia brasileira.

A economia do país é impulsionada, principalmente, por serviços, produção industrial e exportação de mercadorias. Desde 2013, o Brasil enfrenta uma crise econômica e política que restringe políticas públicas e acirra a polarização política. Após um período de crescimento acumulado entre 2001 e 2014, a economia caiu 3,55% em 2015 e 3,31% em 2016. A economia brasileira cresceu um pouco nos anos seguintes, 1,06% em 2017, 1,12% em 2018 e 1,1% em 2019, porém, com os efeitos da pandemia do coronavírus, houve uma redução de 4,1% em 2020, confirmando a maior recessão da história do país desde 1948, quando se iniciou esse tipo de análise oficial.

O percentual de famílias com dívidas de cartão de crédito, cheque especial, cheque pré-datado, crédito consignado, crédito pessoal, loja, parcelamento de carro e parcelamento de casa em dezembro de 2019 atingiu 65,6%. Além disso, 24,5% das famílias, um número significativo, estão endividadas e sem crédito regular. Esse contexto se dá em um momento no qual o Poder Público tem uma limitação para suas despesas, estabelecida por força de uma emenda constitucional em 2016 que estabelece que os gastos governamentais até 2036 devem crescer apenas de acordo com a inflação de um ano para o outro, impactando a promoção de programas sociais e o financiamento das políticas públicas de áreas como educação e saúde.

A crise também pode ser aferida pelo número de desempregados e pelo nível de ocupação. Segundo dados do IBGE referentes ao trimestre que se encerrou em janeiro de 2021 (ALVARENGA, 2021), 14,3 milhões de pessoas estão desempregadas no país e o percentual de pessoas ocupadas na população em idade de trabalhar ficou em 48,7%, ou seja, menos da metade da população em idade para trabalhar estava ocupada no Brasil. Em outras palavras, atualmente, há mais pessoas sem trabalho formal do que trabalhando no país

Crise política e sanitária

Tem sido bastante desafiador compreender e prever o cenário político brasileiro no período histórico posterior ao *impeachment* de Dilma Rousseff em 2016 e à eleição de Bolsonaro em 2018. O aumento do acesso à *internet* e da utilização de mídias sociais como *Facebook* e *WhatsApp* contribuiu para o crescimento de grupos políticos à direita que tiveram um importante papel na organização de protestos contra Dilma Rousseff e favoráveis à eleição de Bolsonaro. A polarização segue acentuada e a definição de acordos políticos é diretamente

influenciada por um sistema político fragmentado no qual 30 partidos políticos estão representados no Congresso (DIAP, 2018).

Além disso, também é importante mencionar que nos últimos anos o cenário político foi influenciado por decisões judiciais. Desde 2014, a investigação de corrupção feita pela *Operação Lava Jato* prendeu mais de 100 pessoas, afetando importantes personalidades. O ex-presidente Lula foi condenado a nove anos por corrupção a partir da decisão do juiz Sergio Moro que, posteriormente, em 2019, tornou-se Ministro da Justiça de Bolsonaro, renunciando em abril do ano seguinte. Tal condenação impediu que o ex-presidente participasse das eleições presidenciais de 2018. Em março de 2021, decisões do Supremo Tribunal Federal suspenderam as condenações de Lula em segunda instância e estabeleceram condições para sua possível candidatura às eleições presidenciais previstas para 2022.

Grupos tradicionais de mídia se mantêm como relevantes atores políticos, mesmo com a redução de suas receitas. Os veículos de comunicação não apenas mediam, mas também têm suas práticas relacionadas ao alto nível de paralelismo com o envolvimento direto ou indireto de políticos na propriedade de empresas de comunicação (PAULINO; GUAZINA, 2020). Também é importante mencionar a conexão entre importantes empresas de comunicação e grupos religiosos, exemplificada principalmente pela atuação da Record, grupo ligado à Igreja Universal do Reino de Deus. Editorialmente, veículos de comunicação têm apoiado a agenda liberal e/ou conservadora para a política e a economia.

Atrelada às crises apresentadas acima, o ano de 2020 registrou efeitos de uma grave crise sanitária internacional. A pandemia do coronavírus (SARS-CoV-2, vírus causador da Covid-19) impactou o Brasil em condições, infelizmente, percebidas como uma “Crônica de uma morte anunciada” ou uma “tempestade perfeita” diante das características sociais, políticas e econômicas da realidade brasileira (PAULINO, 2020)⁵. Os graus de informalidade e fragilidade da economia brasileira, associados à falta de coordenação federal de políticas públicas e a hostilidade de grupos à direita ou à extrema-direita contra o jornalismo, contribuíram significativamente para a disseminação do vírus, para colocar em risco as atividades de profissionais da imprensa e para pôr em xeque a comunicação pública no país, conforme será exposto a seguir.

Desde o início da pandemia, havia dúvidas em relação à capacidade do governo

⁵ Artigo publicado em março de 2020 pelo *European Journalism Observatory* que apresentou preocupações e indicou situações que se confirmaram.

Bolsonaro de lidar com a disseminação do vírus em função de, dentre outras ações ou omissões, o ceticismo do presidente em relação à seriedade do vírus e a constante prática de estímulo de aglomerações ao seu redor. Mesmo tendo o maior Sistema Público de Saúde do mundo (PODER 360, 2019), a capacidade de atendimento em unidades intensivas é limitada e não tem dado conta do crescimento exponencial de afetados pelo coronavírus, fazendo do Brasil epicentro internacional no número de casos⁶.

Jornalistas em risco: violência e pandemia

Os primeiros anos do governo Bolsonaro foram marcados pelo aumento da pressão sobre o jornalismo em diferentes níveis, como a mudança dos critérios de distribuição de verba estatal para comunicação, que passaram a privilegiar grupos apoiadores do governo, as ações de estado em busca de dificultar ou cercear o acesso à informação pública e os constantes ataques à imprensa. Contudo, foi em 2020, quando o país passou a vivenciar uma dupla crise – sanitária e política – que as violações à liberdade de imprensa aumentaram de forma significativa.

No ano em que a pandemia do coronavírus teve início, a pressão sobre os jornalistas aumentou em vários países (SELVA, 2020). As restrições de movimentação para tentar conter o ritmo de contágio do SARS-CoV-2 demandaram adequações às coberturas, redução do contato físico e desafios para o trabalho em campo. Somado a isso, diferentes países adotaram medidas para restringir o acesso a dados públicos, negando o livre trabalho da imprensa, reduzindo coletivas de imprensa ou impedindo o acesso à informação (VOCES DEL SUR, 2020a; 2020b). Foram registrados diferentes casos de profissionais presos ou processados como forma de retaliação ao trabalho realizado durante a cobertura do coronavírus. Somado a isso, a chamada “infodemia” apresentou ainda mais desafios e riscos ao trabalho dos profissionais da mídia (UNESCO, 2020; POSETTI; BONTCHEVA, 2020).

No caso brasileiro, essa condição somou-se à intensa polarização política, criando um ambiente ainda mais hostil e insalubre para os profissionais da imprensa. Ainda no primeiro semestre de 2020, diferentes entidades representativas denunciaram a escalada de violência contra os jornalistas e a degradação da liberdade de imprensa no Brasil.

⁶ Em 6 de abril de 2020, o Brasil alcançou o expressivo número de 4.211 mortos num único dia, somando 337.364 falecimentos desde o início da pandemia.

Um dos primeiros levantamentos a observar essa questão foi divulgado ainda em abril de 2020 pela Federação Internacional dos Jornalistas (IFJ, na sigla em inglês). O *survey*, realizado com 1.308 profissionais de todo o mundo, contou com a participação de 295 brasileiros. De maneira geral, os profissionais relataram aumento de ansiedade e estresse durante a pandemia (59,19%), porém, entre os brasileiros, essa incidência foi maior (61,25%). Também houve aumento da pressão sobre o trabalho, com mudança no perfil da cobertura diária, além da falta de equipamentos para o trabalho em casa e de itens de proteção básica para os trabalhadores que atuam em coberturas externas (IFJ, 2020).

Outro ponto verificado pela IFJ e depois ratificado por Posetti, Bell e Brown (2020) foi a dificuldade de acesso a fontes de informação. O estudo realizado pelos autores em 125 países, incluindo o Brasil, indicou que 48% dos 1.406 respondentes informaram que suas fontes temiam sofrer retaliações por falarem com jornalistas. Além disso, 20% informaram ser comum sofrerem assédio, ataques, ameaças ou abusos *online*. Parte deles indicou ter sido vítima de ações de entes públicos, como abusos de políticos, vigilância governamental e ataques digitais. Ainda segundo a pesquisa, os jornalistas que participaram do estudo indicaram os entes públicos como principais responsáveis pela desinformação em torno da pandemia de Covid-19 (POSETTI; BELL; BROWN, 2020).

No caso do Brasil, os resultados dessa pesquisa se confirmam em levantamentos e estudos realizados com jornalistas ao longo dos primeiros meses da crise sanitária (FIGARO *et al.*, 2020; FENAJ, 2020c; RSF, 2020). À medida que a pandemia avançou, os riscos à vida e à liberdade aumentaram de forma significativa para os trabalhadores da mídia. Nos primeiros 12 meses da pandemia⁷, mais de 300 mil pessoas perderam suas vidas para o vírus no país, entre elas, 169 jornalistas (FENAJ, 2021b).

Segundo a Federação Nacional dos Jornalistas, em 13 de abril de 2020, o editor de imagem do SBT Rio de Janeiro, José Augusto Nascimento Silva, de 57 anos, foi a primeira vítima do coronavírus na imprensa brasileira. A partir daí, mais da metade dos profissionais mortos tinham entre 51 e 70 anos de idade (54,9%). Outros 14,1% eram da faixa etária entre 41 e 50 anos e 29,9% tinham oito décadas de vida ou mais. Quando se analisa a situação por gênero, as mulheres foram minoria, 9,8%, porém, foram vítimas mais jovens: “Enquanto a média geral de idade é de 61 anos, a das mulheres está em 43 anos e quatro das vítimas

⁷ Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou que a Covid-19 passava a ser considerada uma pandemia, a partir daquela data (OPAS-BRASIL, 2020).

tinham menos de 34 anos”, destacou o documento FENAJ (2021b, p. 9). O dossiê também ilustra os efeitos na categoria do avanço das novas variantes e consequente o aumento do contágio em 2021: entre janeiro e março, morreram mais jornalistas pela Covid-19 – 86 pessoas – do que entre abril e dezembro de 2020, quando 78 não resistiram.

O índice de Liberdade de Imprensa caiu de 105º em 2019 para 107º lugar em 2020⁸. A entidade Repórteres Sem Fronteiras (RSF) destaca que o resultado da eleição de 2018 iniciou um período sombrio para a imprensa e para a liberdade de expressão:

O presidente Bolsonaro, seus parentes e vários membros do governo insultam e difamam alguns dos mais importantes jornalistas e meios de comunicação do país, promovendo um clima de ódio e desconfiança do jornalismo no Brasil. Além disso, o horizonte midiático ainda é bastante concentrado no país, sobretudo nas mãos de grandes famílias, com frequência, próximas da classe política. O sigilo das fontes é com frequência questionado e muitos jornalistas investigativos são alvo de processos judiciais abusivos (RSF, 2020).

De acordo com o relatório “Violência contra jornalistas e liberdade de imprensa no Brasil” (FENAJ, 2021a), 2020 foi o pior ano para os profissionais da imprensa brasileiros desde o início do registro da série histórica em 1990, visto que foram registradas 428 ocorrências contra jornalistas, um acréscimo de 105,77% em relação ao ano anterior. Praticamente todos os indicadores analisados tiveram piora. Casos de censura contra empresas jornalísticas representaram um aumento de 780% em relação ao ano anterior e correspondem à maior prevalência de ocorrências do total de 2020 (19,86%): foram 76 casos contra a Empresa Brasil Comunicação (EBC) e nove contra outras organizações de mídia. Em segundo lugar, com 280% de aumento em relação ao ano anterior, estão as agressões e os ataques virtuais que contabilizaram 76 registros (17,76% do total). Apesar disso, o relatório indica que a incidência desse tipo de violação pode ser ainda maior, pois muitos casos não foram denunciados. Além disso, observou-se, também, o aumento de agressões físicas, ameaças ou intimidações, impedimentos ao exercício profissional, cerceamento à liberdade de expressão por meio de ações judiciais e ataques cibernéticos.

Jair Bolsonaro, sozinho, foi o responsável por 40,89% dos casos relacionados. Esse dado coloca-o como protagonista da violência contra jornalistas brasileiros. Como reflexo disso, o Distrito Federal concentrou 43,48% das ocorrências denunciadas para a federação.

Pandemia e desinformação

⁸ Disponível em: <https://rsf.org/pt/brasil>.

As ameaças ao trabalho livre da imprensa se intensificam junto com a campanha de desinformação sobre a pandemia. Apesar de serem dois fenômenos bastante distintos em uma primeira mirada, eles se potencializam e retroalimentam quando se analisa o caso do maior país latino-americano. Nos dois pontos, o presidente da República Jair Messias Bolsonaro e seus aliados figuram como peças-chave na deflagração de abusos contra a imprensa (RSF, 2020; FENAJ, 2020a) e de disseminação de informações falsas ou fora do contexto sobre a pandemia, com o objetivo de desmobilizar ações de combate ao vírus (SOARES *et al.*, 2021).

Nesse sentido, as plataformas digitais atuam como principal ferramenta. Elas servem como ponto de criação e compartilhamento de informações contrárias à imprensa e também de ataques a jornalistas e organizações de mídia. Uma análise realizada pela Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert) em parceria com a agência BITES identificou 2,9 milhões de *posts* com referências negativas à imprensa postados nas plataformas de redes sociais em 2020. Foram 7,9 mil ataques diários, um a cada seis minutos (ABERT, 2021).

Em um levantamento realizado pela organização *Repórteres Sem Fronteiras* (RSF) (RSF, 2020), foram verificados 580 casos de violações à imprensa a partir do chamado “Sistema Bolsonaro”. Ele é formado pelo presidente, seus filhos Eduardo Bolsonaro (deputado federal), Flávio Bolsonaro (senador) e Carlos Bolsonaro (vereador do município do Rio de Janeiro) e ministros ou ex-ministros próximos (Abraham Weintraub, André Mendonça; Augusto Heleno, Damares Alves, Ernesto Araújo, Fábio Faria, Onyx Lorenzoni e Ricardo Salles). Somente o presidente representou 17,7% dos ataques contabilizados e 66,5% foram realizados pelos seus herdeiros, totalizando 85% do total.

Para as mulheres, essas ações se convertem também em ataques misóginos com o objetivo de atacar a moral e desqualificar a capacidade intelectual e a credibilidade profissional das atingidas. Os ataques ganham contornos mais intensos à medida que a crise política e sanitária se agrava, com o claro intuito de direcionar a atenção pública para factoides e desacreditar a informação transmitida por veículos de comunicação.

De acordo com a Abraji (2021), no ano em que o Brasil passou a vivenciar a dupla crise – política e sanitária – 37,5% dos casos de ataques monitorados pela entidade foram contra jornalistas mulheres. Elas sofreram 61 violações à liberdade de imprensa (17% do total). A maior parte dos casos observados foram agressões verbais, físicas e diferentes

tentativas para impedir a realização de seu trabalho. Na sequência, tem-se restrições na *internet*, discursos estigmatizantes e processos judiciais.

Comunicação Pública em perigo

Na América Latina, países como Equador, Argentina e Uruguai definiram marcos regulatórios da comunicação na última década, trazendo alterações interessantes e importantes para a radiodifusão pública. Entre esses marcos, podemos destacar: a) estabelecer novas formas de gestão com participação social em emissoras públicas até então sob comando exclusivamente governamental/estatal; b) abrir oportunidade para alterar o modelo de financiamento centrado em recursos do governo; c) permitir a redistribuição do espectro radioelétrico estabelecendo o equilíbrio na ocupação de canais entre públicas, estatais, comunitárias e privadas; d) transformar antigas emissoras estatais em empresas públicas; e) favorecer a criação de novos canais de televisão nacionais e transnacionais; e f) criar mecanismos de fomento à produção cultural e retomada da produção independente audiovisual (DEL BIANCO; ESCH; MOREIRA, 2014, p. 107).

No Brasil, o cenário que se apresenta à comunicação pública é, historicamente, crítico e complexo. Contudo, é possível perceber que o serviço público de radiodifusão, em sua trajetória de 2008 até o primeiro trimestre de 2016, vinha sendo conduzido de maneira relativamente democrática, sobretudo pelos contextos de participação social que, no caso da Empresa Brasil de Comunicação, podiam ser observados na atuação do Conselho Curador, órgão de natureza consultiva e deliberativa, e na Ouvidoria (PAULINO; SILVA, 2013).

Todavia, desde 2016, o serviço público de radiodifusão, que ainda está em fase embrionária no país, passou a sofrer, especialmente no âmbito da Empresa Brasil de Comunicação, ameaças mais articuladas e constantes dos governos vigentes, como os encaminhamentos para a sua privatização, iniciados já na gestão de Michel Temer como presidente. Entre 2016 e 2017, Temer mudou a direção/presidência da Empresa, extinguiu o seu Conselho Curador e incluiu-a formalmente no Programa de Parcerias e Investimentos (PPI).

No governo Bolsonaro, percebe-se que, aos planos de privatização e às ameaças de extinção, somaram-se inúmeras intervenções na própria programação e nos conteúdos veiculados pela emissora, desviada de seu caráter público ao ser, via Decreto presidencial de abril de 2019, acoplada à TV estatal NBR. Desde então, pautas e abordagens temáticas

passaram a ser controladas/censuradas e a cobertura de atos políticos e partidários do governo passou a ser prioridade na grade, o que fere os princípios de universalidade, diversidade, independência e diferenciação (UNESCO, 2001), que devem ser almejados, perseguidos por esse segmento da radiodifusão. São emblemáticas, por exemplo, as censuras à cobertura do caso Marielle Franco e ao julgamento da parcialidade de Sergio Moro nas causas que envolvem o ex-presidente Lula e, ainda, as intervenções na própria cobertura dos efeitos da pandemia da Covid-19 em todo o Brasil.

Destarte, a reflexão analítica empreendida a respeito das ações do governo Bolsonaro contra a Empresa Brasil de Comunicação não visa a abordagem e a reflexão das suas “ações sociais” de uma maneira linear, mas sim a compreensão sobre como tais “comportamentos humanos” (WEBER, 1995; 2012; 2014) estão articulados com o objetivo de deslegitimar a Comunicação/Radiodifusão Pública no país, ferindo princípios constitucionais em defesa de causas políticas e partidárias particulares.

Ações sociais com fins próprios: política partidária contra a EBC

Embora nossa reflexão parta de como o governo Bolsonaro, mais especificamente a figura do próprio presidente em suas ações/comportamento humano, tem se relacionado com a questão da radiodifusão pública no país, vamos nos delimitar ao caso de sua atuação em relação à Empresa Brasil de Comunicação. De fato, assinala-se aqui que esse é um exercício que permite, no contexto da “Sociologia Compreensiva” (WEBER, 1995; 2012; 2014), a constatação de que Bolsonaro, enquanto chefe do poder executivo federal brasileiro, tem agido em prol de interesses particulares, sobretudo os vinculados às suas intenções políticas e partidárias, tanto no que se refere à atuação da EBC quanto às imposições na definição dos rumos da Empresa.

Desde sua campanha eleitoral, Jair Bolsonaro posicionou-se publicamente ora a favor da privatização ora a favor da extinção da Empresa Brasil de Comunicação, sem, contudo, argumentar sobre o tema a partir dos dispositivos legais que o regem. A

Bolsonaro, em entrevista concedida ao Sistema Brasileiro de Televisão (SBT), em maio de 2019, ao ser indagado se levaria adiante a então promessa eleitoral de privatizar ou extinguir a EBC, manifestou-se da seguinte maneira:

Está decidido essa questão [de levar adiante a privatização]. Salim Mattar [então Secretário de Privatizações] está tratando do assunto. Agora você pode ver (que) mais de 80% dos funcionários [da EBC] são concursados, o que fazer com este

pessoal? É um número enorme de concursados, que partiu para essa linha no passado por interesses dos governos anteriores. [...] Tem que extinguir aquilo lá [a EBC]. E você vai ter que realocar aqueles funcionários. [...] Continua [respondendo sobre o plano de extinguir/privatizar a EBC]. **Porque interessa pra gente.** (SBT, 2019. Grifos nossos).

A fala do presidente é bastante direta e não deixa margem para dúvidas quanto à sua intenção em deslegitimar a Radiodifusão Pública brasileira. O tom autoritário do início (“está decidido [*sic*] essa questão”) é complementado por um enunciado que evidencia seu interesse pessoal no desmonte da Empresa Brasil de Comunicação (“Porque interessa pra gente”), em prol das suas intenções políticas.

A ação referente a valores: crenças e convicções ideológicas contra a EBC

Cabe, num primeiro momento, destacar novamente às alusões que o seu Plano de Governo faz a valores muito específicos e que tensionam a própria vivência do chamado Estado Democrático de Direito. No referido documento, Bolsonaro e sua equipe de assessores, ao mencionarem de maneira muito breve a Comunicação, evocam questões como “família”, “Deus” e “liberdade”, o que pode ser considerado um evidente comportamento relacionado ao que Weber em sua obra designou como ação de caráter irracional vinculada a valores e/ou à convicção.

Outro exemplo nessa mesma direção pode ser observado na própria forma como os cargos do chamado alto escalão relacionados à Comunicação e, especialmente, à EBC, foram distribuídos no contexto da gestão Bolsonaro. Num primeiro momento, essa distribuição deu-se entre militares sem formação na área, um tipo de comportamento que se deixa ler pelo valor que o presidente atribuiu em seu governo a questão ideológica na qual ele acredita e defende. Num segundo momento, esses cargos foram entregues a políticos da chamado “centrão” (exemplo do ministro Fábio Faria, do PSD-RN) e a empresários da área, o que se configura, ao mesmo tempo, uma ação *relacionada a valores/convicções* contraditórios e que desrespeitam a *res publica*, assim com um comportamento que evidencia como o presidente age com *fins extremamente particulares* (permanência no poder/ tentativa de evitar processo de *impeachment*/ estratégias visando a reeleição/ relações contíguas com a classe empresarial e partidos políticos alinhados entre o centro e a extrema direita) em seus atos relacionados à Comunicação e à Radiodifusão Pública.

Resistências

A compreensão da comunicação como um direito humano fundamental e a constatação das históricas ameaças que sofre a sua constitucional vertente pública (BRASIL, 1988; BRASIL, 2008), notadamente tensionada/ameaçada na vigência do Governo Bolsonaro, têm constantemente mobilizado diversas Instituições Científicas, Acadêmicas e Entidades Associativas do país e da América Latina, no sentido de informar a sociedade a respeito dos princípios (universalidade, diversidade, independência, diferenciação) e da missão (formar, informar e entreter) complementar que cumprem as emissoras públicas, sobretudo para o fortalecimento da democracia/dos ideais democráticos.

Diante das explícitas ameaças proferidas pelo presidente Jair Bolsonaro – e das articulações enviesadas e apressadas de sua equipe ministerial – para a privatização ou extinção da Empresa Brasil de Comunicação, a comunidade científica e acadêmica, por meio da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), da Federação Brasileira de Associações Científicas e Acadêmicas de Comunicação (SOCICOM), da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom), da Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor), da Associação Brasileira de Pesquisadores e Profissionais em Educomunicação (ABPEducom), da União Latina de Economia Política da Informação, Comunicação e da Cultura (Ulepicc-Brasil), da Associação Brasileira de Pesquisadores e Comunicadores em Comunicação Popular, Comunitária e Cidadã (ABPCOM), da Associação Brasileira de Ensino de Jornalismo (ABEJ), da Associação Brasileira de Pesquisadores em Publicidade e Propaganda (ABP2), da Associação Brasileira de Pesquisadores de História da Mídia (ALCAR), da Associação Brasileira de Pesquisadores de Comunicação Organizacional e de Relações Pública (Abrapcorp) e de outras Redes, Grupos, Laboratórios e Núcleos de Pesquisa de Universidades e Centros de Ensino de todo o país publicaram uma Carta (SBPC, 2021) em Defesa da Comunicação Pública. Neste documento, solicitam que a Empresa Brasil de Comunicação seja retirada do Programa Nacional de Desestatização articulado pelo governo Bolsonaro.

A Carta ressalta que os veículos públicos de comunicação têm papel fundamental na produção, na distribuição e na promoção de acesso a conteúdos orientados pelos interesses de toda a sociedade e que a referida iniciativa do Governo Federal significa, de fato, o risco da privatização ou, pior, até mesmo da extinção da EBC e de seus canais (TV Brasil, Agência Brasil, Rádio MEC AM e FM, Rádio Nacional do Rio de Janeiro, Rádio Nacional de Brasília AM e FM, Rádio Nacional da Amazônia, Rádio Nacional do Alto Solimões e Radioagência

Nacional) e, conseqüentemente, da coordenação do sistema público de comunicação brasileiro.

Esse documento, que foi endereçado ao presidente Jair Messias Bolsonaro, ao Ministro das Comunicações Fábio Faria, ao presidente do Supremo Tribunal Federal Luiz Fux e demais ministros do STF, ao presidente do Senado Federal Fábio Pacheco, ao Presidente da Câmara dos Deputados Arthur Lira e aos demais parlamentares do Congresso Nacional e dos parlamentos estaduais e municipais, também destaca o quanto os canais públicos de comunicação têm sido importantes aliados em atividades de prevenção ao coronavírus e de orientação à população sobre medidas de promoção da saúde e que parte significativa das produções da EBC são utilizadas de forma gratuita por rádios, jornais e portais de comunicação por todo país, fazendo chegar informação de qualidade para todo Brasil em uma dimensão imensurável.

Somam-se aos esforços das referidas Instituições Acadêmicas e Científicas o trabalho de conscientização e de resistência da *Frente Ampla em Defesa da Comunicação Pública e da Empresa Brasil de Comunicação*, a qual, em parceria com outras organizações da sociedade civil, como o Coletivo *Intervozes* e o *Fórum Nacional para a Democratização da Comunicação*, vem reverberando que privatizar ou extinguir a EBC traria prejuízos graves ao direito constitucional à informação e à divulgação de conteúdos que promovem e fortalecem a cidadania, a educação, a saúde e a necessária promoção da Ciência, Tecnologia e Inovação no país.

As mencionadas ações têm cumprido importante papel na defesa da Comunicação Pública e da permanência da EBC. São símbolos da resistência que caracterizam o próprio processo de conformação da comunicação pública no Brasil e, portanto, extremamente relevantes nesse cenário de ameaças e complexas articulações políticas partidárias empreendidas no âmbito do Governo Bolsonaro. A resistência que se revela nesse processo de mobilização acadêmica e científica contribui, sobretudo, para reforçar a legitimidade da Comunicação Pública, assim como para alertar a respeito dos desafios que esse segmento, imprescindível à democracia, poderá seguir encontrando junto a governos não democráticos.

Conclusões

Como exposto acima, violência contra jornalistas e campanhas de desinformação estiveram estreitamente ligadas ao primeiro ano da crise sanitária da Covid-19. Nesse sentido, faz-se necessário intensificar ações de proteção a jornalistas, com treinamentos sobre

segurança digital, e suporte jurídico e psicológico, além de cobrar iniciativas efetivas de suporte e apoio aos profissionais por parte das empresas contratantes e do poder público em todas suas instâncias. Ademais, a atual crise política e sanitária demonstra a relevância do debate sobre a Comunicação Pública no Brasil, tomando como referência o contexto vigente e possibilidades legais e epistemológicas.

Pensar o processo de conformação do Serviço de Radiodifusão Pública brasileiro, especialmente o caso da Empresa Brasil de Comunicação, no contexto do governo Jair Bolsonaro, a partir do conceito de “ação social”, base da Sociologia Compreensiva, permite a compreensão acadêmico-científica desse objeto de estudo sob uma perspectiva que traz à luz o “sentido inerente à ação” (WEBER, 2014, p. 14) daqueles sujeitos que, com suas ações (o que inclui, como ensina o teórico alemão, a omissão ou a tolerância) são responsáveis pela gênese, pelo presente e, assim, impactam o futuro da Comunicação Pública. Trata-se de um trabalho que busca, em alguma medida, constituir-se como uma alternativa de interpretação do referido fenômeno, recorrentemente estudado a partir dos fundamentos da dialética, em sua vertente histórico-estrutural. (PINHEIRO, 2019).

Por outro lado, ao tratar o fenômeno estudado como algo em curso, isto é: *o processo de conformação* da Radiodifusão Pública no Brasil, especialmente o caso da EBC, este capítulo não pretende perder de vista o que oportunamente alertam pesquisadores do Laboratório de Políticas de Comunicação (LaPCom), quando assinalam que “as políticas públicas para a comunicação (e também para outras áreas setoriais como a cultura), muitas vezes, dão a ideia de que estão em processo de estruturação, porém correm sempre sérios riscos de serem omitidas ou arruinadas” (PAULINO; RAMOS, 2020, p. 11).

Foi também ponderando a referida reflexão que o presente texto encontrou sua motivação, no sentido de que, em alguma medida, ele visa contribuir para uma compreensão possível sobre um tema/debate urgente, o que se justifica pelo risco que corre a Comunicação Pública e a própria democracia no Brasil com as simultâneas articulações para a privatização e ameaças de extinção de uma Empresa Pública como a EBC, pelo governo Bolsonaro.

Finalmente, nunca é demais lembrar que o fortalecimento da Comunicação e da Democracia no Brasil, antes, durante e depois da situação político-sanitária atual e de seus efeitos, está vinculado à proteção e ao estímulo ao jornalismo, às atividades desempenhadas por seus profissionais e à promoção da diversidade e do direito à comunicação (UNESCO, 1980).

REFERÊNCIAS

ABERT. **Violações à Liberdade de Expressão - relatório anual 2020**. Abert, 2021. Disponível em: <https://www.abert.org.br/pdf/ABERTRELATORIOANUAL2020.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2021.

ABRAJI. **Abraji aponta que mulheres jornalistas foram vítimas de mais da metade das agressões no meio digital**. Abraji, 2021, online. Disponível em: <https://www.abraji.org.br/abraji-aponta-que-mulheres-jornalistas-foram-vitimas-de-mais-da-metade-das-agressoes-no-meio-digital>. Acesso em: 20 abr. 2021.

ALVARENGA, Darlan. Desemprego fica em 14,2% no trimestre terminado em janeiro e atinge recorde de 14,3 milhões de pessoas. **G1**, 31 mar. 2021. Economia. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2021/03/31/desemprego-fica-em-142percent-no-trimestre-terminado-em-janeiro-aponta-ibge.ghtml>. Acesso em: 30 abr. 2021.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.
BRASIL. **Lei nº 11.652, de 7 de abril 2008**. Institui os princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão pública explorados pelo Poder Executivo [...]. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, 7 abr. 2008.

DEL BIANCO, Nélia R.; ESCH, Carlos . Eduardo; MOREIRA, S. V. Lei de meios como estratégia de fortalecimento da radiodifusão pública: o caso da Argentina, Equador e Uruguai. **Revista Comunicação Midiática** (online). Bauru, São Paulo, v.9, n.3, p. 104-119, set./dez, 2014. Acesso em: 28 mar. 2021.

DIAP – Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar. **Novo Congresso Nacional em Números 2019 – 2023**. Brasília, 2018. Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2018/10/Novo-Congresso-Nacional-em-Numeros-2019-2023.pdf>. Acesso em: 28. mar. 2021.

FENAJ. **Presidente é o maior responsável por ataques à liberdade de imprensa no país**. FENAJ, Brasília, 3 maio 2020a. Notícias. Disponível em: <https://fenaj.org.br/presidente-e-o-maior-responsavel-por-ataques-a-liberdade-de-imprensa-no-pais/>. Acesso em: 23 mar. 2021.

FENAJ. **MP 936: mais de 4 mil jornalistas do país tiveram impactos salariais durante a pandemia**. FENAJ, Brasília, 16 jul. 2020b. Departamento. Disponível em: <https://fenaj.org.br/mp936-afeta-mais-de-4-mil-jornalistas/>. Acesso em: 23 mar. 2021.

FIGARO, Roseli. (org.) *et al.* **Como trabalham os comunicadores em tempos de pandemia da COVID-19?** Relatório dos resultados da pesquisa. ECA-USP: São Paulo, 2020.

IFJ. **Exposed: The crisis facing journalism in the face of COVID-19**. Abril de 2020. Disponível em: <https://www.ifj.org/media-centre/news/detail/category/press-releases/article/exposed-the-crisis-facing-journalism-in-the-face-of-covid-19.html>. Acesso em: 20 maio 2020.

OPAS-BRASIL. **OMS afirma que covid-19 é agora caracterizada como pandemia**. OPAS-Brasil, 11 mar. 2020. Disponível em:

https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=6120:oms-afirma-que-co-vid-19-e-agora-caracterizada-como-pandemia&Itemid=812. Acesso em: 10 abr. 2021.

PAULINO, Fernando Oliveira. **Brazil, coronavirus and the media**. EJO – European Journalism Observatory, 19 march 2020. Ethics and Quality, Media and Politics. Disponível em: <https://en.ejo.ch/media-politics/brazil-coronavirus-and-the-media>. Acesso em: 20 mar. 2021.

PAULINO, Fernando Oliveira; RAMOS, Murilo César. Pelo registro do que foi vivido e por mais Conferências. In: **Conferência Nacional de Comunicação 10 anos depois: velhos e novos desafios das políticas de comunicação no Brasil** [recurso eletrônico] / Murilo César Ramos, Fernando Oliveira Paulino, Jonas Valente, Marcos Urupá, Mariana Martins Carvalho (org.); – [São Cristóvão]: ULEPICC-Brasil, 2020. Disponível em: <https://sites.google.com/ccom.unb.br/home/confecom> Acesso em: mar. 2021.

PAULINO, Fernando Oliveira; GUAZINA, Liziane. *The Brazilian Media System in a Turbulent Environment*. In.: Thussu, Daya Kishan; Nordenstreng, Kaarle (2020). BRICS Media: Reshaping the Global Communication Order? London. DOI: <https://doi.org/10.4324/9780429468759> Acesso em: 20 mar. 2021.

PINHEIRO, Elton Bruno Barbosa. Radiodifusão sonora pública do Brasil: o processo de conformação do serviço e os desafios de sua integração no ambiente digital. 2019. 545 f., il. **Tese** (Doutorado em Comunicação)—Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

POSETTI, Julie; BONTCHEVA, Kalina. **Disinfodemic**: Deciphering COVID-19 disinformation. Unesco, 2020. Disponível em: https://en.unesco.org/sites/default/files/disinfodemic_deciphering_covid19_disinformation.pdf. Acesso em: 20 mar. 2021.

POSETTI, Julie; BELL, Emily; BROWN, Pete. **Journalism & the pandemic**: a global snapshot of impacts. ICFJ, 2020, online. Disponível em: <https://www.icfj.org/our-work/journalism-and-pandemic-survey>. Acesso em: 20 fev. 2021.

RSF. **RSF tallied 580 attacks against media in Brazil in 2020**. Disponível em: <https://rsf.org/en/reports/rsf-tallied-580-attacks-against-media-brazil-2020>. Acesso em: fev. 2021.

SBT. Entrevista com Jair Bolsonaro | The Noite (30/05/19). 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=yij7JTmN2E4>. Acesso em: 05 abr. 2021.

SELVA, Merra. **Healing words**: how press freedom is being threatened by the coronavirus pandemic. 2020. Disponível em <https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/risj-review/healing-words-how-press-freedom-being-threatened-coronavirus-pandemic>. Acesso em: jan. 2021.

SOARES *et al.* Research note: Bolsonaro’s firehose: How Covid-19 disinformation on WhatsApp was used to fight a government political crisis in Brazil. 2021. **Harvard Kennedy School Misinformation Review**. DOI: <https://doi.org/10.37016/mr-2020-54>. Acesso em: 30 mar. 2021.

UNESCO (1980). Many voices, one world: towards a new, more just, and more efficient world information and communication order. [International Commission for the Study of Communication Problems](https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000040066) Language: English, Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000040066> Acesso em: 23 mar. 2021.

UNESCO. **La Radio y Televisión Pública**; ¿Por qué? ¿Cómo? Montreal: UNESCO -Consejo Mundial de Radio y Televisión, 2001. Disponível em: <https://bit.ly/2JNKxSw>. Acesso em: 27 mar. 2021.

VOCES DEL SUR. **COVID-19**: Un pretexto para coartar el trabajo de la prensa. VDS, [2020a](#). Disponível em: <http://www.vocesdelsurunidas.org/wp-content/uploads/2020/05/VOCES-DEL-SUR-Y-COVID-19.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2020.

VOCES DEL SUR. **Desinformação - Crise Sanitária - Ataques à liberdade de imprensa**. VDS, 2020b. Disponível em: <https://view.genial.ly/5f1f9da5c2b34d0d9cf08281>. Acesso em: 20 dez. 2020.

WEBER, Max. **Metodologia das Ciências Sociais**. Parte 2. Tradução: Augustin Wernet. 2. Ed. São Paulo: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1995.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. Volume 2. Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. 4ª ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2012.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. Volume 1. Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. 4ª ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2014.